

## Mulheres e exercício do poder régio e senhorial no reino Leonês-Castelhana (séculos XI-XII)

Luísa Tollendal Prudente<sup>1</sup>  
*Universidad de Valladolid*<sup>2</sup>

### Resumo:

Informar-se-á do andamento da tese doutoral que desenvolvemos atualmente na Universidad de Valladolid. O objetivo é entender como as mulheres pertencentes à realeza e à alta-aristocracia se relacionaram com a esfera do poder feudal, nos reinos de Leão e Castela, entre os séculos XI e XII. Sem constituir exceção à regra, a participação feminina na vida política do reino parece ter sido um elemento constitutivo do poder feudal que contribuiu para a sua perpetuação. Há que se lembrar o caso muito concreto e chamativo do Infantado, um costume que reservava a algumas mulheres da realeza ou da alta-aristocracia o governo de uma parte estratégica do realengo e do património familiar, formada majoritariamente por mosteiros. Também era possível, na falta de herdeiros varões pela linha direta de descendência, que uma mulher chegasse ao trono e reinasse por legítimo direito. Ou, quando se descartava essa possibilidade, era a herdeira do trono quem transmitia os direitos a ele, preservando, contudo, uma grande autoridade frente ao reino. Partindo da rainha proprietária Urraca I de Leão e Castela como núcleo de articulação, são objeto de nosso estudo personagens femininas da realeza que exerceram considerável influência política no reino, e mulheres relacionadas com elas e provenientes das principais famílias senhoriais. Assim, procura-se compreender a atuação política feminina através das estratégias reprodutivas do poder régio e aristocrático, apoiando-se possivelmente nas bases teóricas dos Estudos de Gênero e nas discussões sobre Patriarcado. Consulta-se documentação das principais igrejas e conventos leoneses e castelhanos no período estudado e que, por sua estreita vinculação com a realeza e a alta-aristocracia, conservaram em seus arquivos os diplomas referentes a esses grupos.

### Palavras-chave:

poder feminino, Urraca I, Gênero, Patriarcado

### Abstract:

This paper informs of the progress obtained until now in the PHD investigation we are currently developing at the University of Valladolid (Spain). The aim is to understand how women who belonged to the royalty and to the high-aristocracy related to the sphere of feudal power in the Iberian Kingdoms of León and Castile, between the 11th and 12th centuries. Female participation in the political life of the Kingdom was not an exception of the rule, but really an integral part of feudal power that contributed to its perpetuation. It is imperative to remember the striking and very concrete case of the *Infantaticum*, a custom that reserved to some princesses, both from the royalty and the high-aristocracy, the government of a strategic portion of the royal domains or their family's patrimony, which consisted mainly of monasteries. It was also possible that, in the absence of male heirs through the direct line of

<sup>1</sup> Contratada doutoral da *Junta de Castilla y León* (JCyL) em regime de co-financição com o Fundo Social Europeu (FSE). Atualmente disfruta também de uma bolsa *MOVILIDAD DOCTORANDOS UVA* 2020, para a realização de uma temporada de pesquisa junto ao *Laboratoire de Médiévistique Occidentale de Paris* (LAMOP), na *Université de Paris 1 Panthéon-Sorbonne*, com tutoria do Prof. Dr. Joseph Morsel.

<sup>2</sup>Tese em desenvolvimento na *Universidad de Valladolid* (UVA), coorientada pelo Prof. Dr. Pascual Martínez Sopena (UVA) e pela Dra. Ana Rodríguez López (CCHS-CISC). O trabalho se enquadra no âmbito do projeto I+D de excelência “*EJEPO – El ejercicio del poder: espacios, agentes y escrituras (siglos XI-XV)*” (Ref.HAR2017-84718-P), financiado pelo *Ministerio de Economía, Industria y Competitividad, Agencia Estatal de Investigación* e o *Fondo Europeo de Desarrollo Regional* (MINECO/AEI/FEDER, UE).

descent, that a woman reached the throne and reigned on her own legitimate right. Or, when this option was discarded, it was the heiress to the throne who transmitted its rights, always preserving great authority in the Kingdom. Departing from Queen Urraca I of León and Castile as the core of articulation, the study centers itself on female historical characters of the royalty who exercised considerable political influence in the Kingdom, and women related to them and issued from the highest aristocratic families. Therefore, the intention is to understand female political agency through the strategies that reproduced royal and aristocratic power, upon a theoretical basis of Gender Studies and Patriarchy discussions. The documentation consulted is issued from the main leonese-castilian churches and monasteries of the period, which conserved the charters that referred to the royalty and to the high-aristocracy, due to the strict bond maintained with these groups.

**Keywords:**

female power, Urraca I, Gender, Patriarchy

## 1. TÓPICO, PROBLEMÁTICA, OBJETIVOS, CRONOLOGIA E ESPAÇO

“Uma tese sobre o exercício feminino do poder na Idade Média? Como, se aqueles eram tempos masculinos?” A desconfiança é uma reação comum quando explicamos, em uma conversa informal, o tema da pesquisa de doutorado que desenvolvemos na Universidade de Valladolid. Mas o que significaria estudar o “poder feminino” medieval? Não se trata, em nenhuma hipótese, de negar que a concepção primeira do poder era masculina e que quem preferencialmente tinha acesso a ele era do sexo masculino. Contudo, não se pode ignorar que qualquer sociedade é composta por pessoas de todos os sexos, e que as fêmeas são pouco mais da metade da população. Se as formas de organização baseadas na dominação masculina predominam, então só se pode chegar à conclusão lógica que de tais sociedades participam também as mulheres. Para existir patriarcado, é necessário mulheres em seu seio tanto quanto homens, sendo que os conceitos “homem” e “mulher” são construções culturais fruto e fundamento dessa configuração de poder que costuma dualizar e hierarquizar os sexos. Assim, as sociedades feudais conferiam às mulheres funções que serviam à reprodução da desigualdade sistêmica. No tocante à representação e ao exercício do poder, a historiografia dedicada à História das Mulheres e à História do Gênero demonstrou que as mulheres e o feminino não apenas se relacionavam com o campo político, como lhe davam forma nas suas diversas configurações. Essa se delineou várias vezes a partir da negatividade - do feminino como antítese e ameaça ao poder - mas também assumiu contornos positivos de apoio, sustentação e tabernáculo desse mesmo poder.

É este o objetivo final ao qual aspiramos: compreender de que forma as mulheres e o feminino se relacionaram com a esfera do poder feudal, escolhendo para isso o âmbito dos dominantes daquela sociedade. Centramo-nos no espaço do reino leonês-castelhano, no período de formação do feudalismo entre os séculos XI e XII<sup>3</sup>, onde se observam práticas de transmissão territorial, de sucessão e de governança que colocavam as mulheres em posição estratégica para a reprodução e a consolidação do poder de seus grupos familiares. No tocante ao reino leonês-castelhano, a possibilidade de uma mulher ascender ao trono em determinadas ocasiões e a existência do Infantado, que conferia às filhas e irmãs de rei, ou de outros grandes senhores, a propriedade e a regência de uma parte dos bens familiares; são dois costumes que chamam a atenção para o papel desempenhado por elas no exercício do poder.

Partindo de Urraca I - a primeira mulher a reinar em nome próprio nos reinos de Leão e de Castela - como núcleo de articulação, estendemos o nosso estudo às demais integrantes da sua dinastia com considerável influência política no reino, como a sua avó, a rainha Sancha de Leão; as suas tias, as infantas Urraca de Zamora e Elvira de Toro; suas irmãs ilegítimas, Elvira Alfonso e Teresa de Portugal; e legítimas, Sancha e Elvira Alfonso; e suas filhas, a infanta legítima Sancha Raimúndez e a ilegítima Elvira Pérez de Lara. Também estendemos o olhar

---

<sup>3</sup>Luis García de Valdeavellano, *El feudalismo hispánico y otros estudios de historia medieval* (Barcelona: Crítica, 2000).

sobre as mulheres relacionadas com elas e provenientes das principais parentelas magnáticas do reino.

## 2. REFERENCIAIS TEÓRICO-METODOLÓGICOS E ENQUADRAMENTO HISTORIOGRÁFICO

A motivação inicial da nossa pesquisa partiu da observação de situações em que mulheres ascenderam ao trono real ao longo da Idade Média ibérica, numa sociedade falocêntrica. A aparente contradição de que mulheres pudessem exercer o poder real no seio de uma sociedade governada por homens, e que – acreditávamos – entendia o poder como instrínseca e exclusivamente masculino, nos parecia fascinante e carente de explicação. Ao revisar rapidamente os estudos sobre rainhas na Idade Média ibérica, nos deparamos com uma profusão de estudos centrados em rainhas-consorte, rainhas-mãe, rainhas-viúvas, mas relativamente poucos que se dedicavam a pensar a posição da rainha proprietária, aquela que recebia o trono em seu próprio nome. Talvez pela suposta singularidade dessas situações, que até então, ao primeiríssimo e ainda inexperiente olhar que lançávamos sobre o assunto, pareciam raras e esparsas no tempo, como se resistissem a um tratamento sistemático.

Surgiam muitas dúvidas, afinal, seriam realmente exceções, escapavam à lógica do momento e, portanto, não poderiam se configurar como um objeto de estudo que visasse compreender o seu sentido na dinâmica política de então? Ao entrar em contato com o tema do Infantado e ao aprofundar a documentação, nos deparamos com um quadro muito mais vasto de exercício do poder por mulheres, tanto no seio da família real, como no das grandes parentelas senhoriais. A situação específica em que elas governaram era mais comum do que parecia à primeira vista e menos restrita do que a ideia dominante ditava. Aquela corresponderia à “ponta do iceberg” de um panorama amplo que parecia incluir as mulheres e o feminino de maneira sistemática na configuração do poder e as relacionava com o seu exercício tanto dando-lhes este, como fazendo repousar sobre elas a presença ou ausência de sua legitimidade. Será que poderíamos falar na existência de uma concepção feminina do poder, positiva e não somente negativa? Como entender este fenómeno, se aquela era uma sociedade da dominação masculina, onde o esquema geral das relações de gênero estabelecia uma hierarquia fundamental que submetia o feminino ao masculino? Devido às características dessa desigualdade, tais expressões recorrentes de poder, associadas às mulheres dos estratos dirigentes, dificilmente corresponderiam a construções mentais que subvertessem essa ordem tida como a única benéfica para o mundo, estabelecida pela divindade. A presença dessas manifestações medievais aparece, portanto, contraditória e incompreensível. Tanto que os historiadores, guiados pelas construções mentais predominantemente androcêntricas encontrados nas fontes medievais (mas também nas suas próprias sociedades, a partir de onde miravam o passado); foram até recentemente incapazes de formular a possibilidade da associação das mulheres ao poder na Idade Média. Mas se essas existiram, segundo o que o nosso novo olhar parece nos dizer, como podemos abordá-las no trabalho de investigação e chegar a explicá-las?

Necessitamos mobilizar referenciais teóricos e metodológicos que nos permitam interpretar. Grande parte da renovação aludida na compreensão das relações de poder medievais entre mulheres e homens, feminino e masculino, deve-se à fertilidade alcançada nas últimas décadas pelos Estudos de Género.<sup>4</sup> Assim, foi nessa área que primeiro buscamos categorias de análise que nos permitissem pensar historicamente a problemática da pesquisa.

---

<sup>4</sup>A título de exemplo, ver: Didier Lett., *Hommes et femmes au Moyen-Âge: histoire du genre XIIe-XVe siècle* (Paris : Armand Colin, 2013) ; Theresa M. Earenfight, *Queenship in Medieval Europe* (New York: Palgrave MacMillan, 2013); Pauline Stafford, *Gender, Family and the Legitimation of Power: England from the ninth to early twelfth century* (Aldershot-Burlington: Ashgate Publishing, 2006); Pauline Stafford; Anneke B. Mulder-Bakker (ed.), *Gendering the Middle-Ages* (Oxford: Blackwell Publishers, 2001); Mary C. Erler; Maryanne Kowaleski (ed.), *Women and Power in the Middle Ages* (Athens-London: University of Georgia Press, 1988).

Encontramos na definição de Joan Scott para a categoria “género” uma primeira referência.<sup>5</sup> Scott defendeu a utilidade analítica da categoria “género” no fazer historiográfico. Utilizá-la implicaria reconhecer o seu carácter dialógico e relacional entre os polos masculino e feminino, e as relações sociais entre os sexos. Uma “maneira de indicar “construções culturais” – a criação totalmente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres (...)” que funciona como “uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado”.<sup>6</sup> Ela ressaltou a necessidade de perceber as conexões entre o “género” e a dinâmica de sustentação das instituições e da organização social, e o processo pelo qual seus significados culturais são construídos. O género seria, assim, “um elemento constitutivo de relações sociais fundamentadas na diferença percebida entre os sexos” e “uma forma primária de dar significado às relações de poder”, ou melhor, “um campo primário (...) por meio do qual o poder é articulado”.<sup>7</sup> Identificado como um “conjunto objetivo de referências”<sup>8</sup>, o género possibilitaria a estruturação da percepção e da organização da vida social e estabeleceria “distribuições de poder (um controle ou um acesso diferencial a recursos materiais e simbólicos)”, de forma que o género “se vê implicado na concepção e na construção do próprio poder”.<sup>9</sup>

A fim de entender essa mesma dinâmica de sustentação das instituições e da organização social, surgiu a inclinação por trabalhar a noção de “patriarcado”. Encontramos na obra de Gerda Lerner<sup>10</sup> uma primeira aproximação ao tema, que permitia pensá-lo como um processo histórico. Segundo Lerner, apesar das diferenças biológicas percebidas entre os sexos, os valores associados a elas são culturalmente construídos – estando assim dotados de um “início” capaz de ser percebido historicamente. Ao voltar-se para a Mesopotâmia, ela encontrou que este “início” foi um longo e dificultoso processo de aproximadamente 2.500 anos. Percebeu que, ao invés de focar em mudanças económicas que pudessem explicar a “derrocada” feminina, ela deveria se direcionar ao controle da sexualidade e da procriação das mulheres. A definição mais conservadora de “patriarcado” o restringe ao sistema greco-romano em que o cabeça masculino do lar, o *paterfamilias*, detinha poder legal e económico absolutos sobre os seus integrantes, mulheres e homens. Esta concepção tem uma historicidade limitada e não contribui para a compreensão do fenómeno global da dominação masculina ao longo do tempo. Então, Lerner busca uma definição ampla e funcional, considerando o patriarcado como “a manifestação e a institucionalização da dominação masculina sobre mulheres e crianças na família, e a extensão dessa dominação às mulheres em geral na sociedade”.<sup>11</sup>

Contudo, o casamento entre “género” e “patriarcado” não é simples como parece. A utilização do termo “patriarcado” foi associado à História das Mulheres que, apesar de todos os seus avanços, recebeu críticas no sentido de não ter sido capaz de dar conta das diferenças entre homens e mulheres ao centrar-se apenas nas últimas, e por cair no essencialismo ou no biologismo.<sup>12</sup> Seja isto verdadeiro ou não, a História do Género se concentrou com afinco em trazer à tona a variedade das relações entre os géneros, desnaturalizá-la e pensá-la segundo suas distintas configurações. O género romperia com a rigidez conceitual atribuída aos estudos sobre o “patriarcado”, associado aos pensamentos materialista e estruturalista. O uso do termo “patriarcado” seria anacrónico (já vimos, no entanto, que houve esforços por situá-lo historicamente e entender suas variadas configurações) e demasiado focado no tema da opressão e da subordinação das mulheres aos homens, incapaz de perceber dinâmicas de poder mais sutis nas relações entre eles, que com o uso da categoria “género” seriam melhor entendidas. A diferença entre o “género” e o “patriarcado” se revelaria como uma dicotomia da mesma ordem que a criada entre estruturalismo e pós-estruturalismo. Ao passo que os Estudos

<sup>5</sup>Joan W. Scott, “Gênero: uma categoria útil de análise histórica.” *Educação e Realidade* 20, no. 2 (1995).

<sup>6</sup>Joan W. Scott, “Gênero: uma categoria útil de análise histórica.”:75.

<sup>7</sup>Ibid.,86.

<sup>8</sup>Ibid., 88.

<sup>9</sup>Id.

<sup>10</sup>Gerda Lerner, *The Creation of Patriarchy* (Oxford: Oxford University Press, 1986).

<sup>11</sup> Ibid., 239. Tradução livre.

<sup>12</sup>Joan W. Scott, “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”: 72-78.

de Gênero ganharam terreno nas últimas décadas, o uso da palavra “patriarcado” foi caindo em desuso. Porém, será que todos os enganos atribuídos às estudiosas do patriarcado foram de fato e sempre cometidos? Será realmente que a noção de “gênero” e a de “patriarcado” são inerentemente contraditórias? Se falar em “gênero” implica falar em hierarquia e desigualdade, como dissociar suas dinâmicas (variáveis histórica e culturalmente) da hegemonia da dominação masculina no mundo (cujo formato também é camaleônico)? Seria legítimo discerni-lo desse contexto? Ou então, concluindo-se que é elemento edificante da desigualdade entre os sexos, a palavra adequada para se referir a ela é realmente a de “patriarcado”, ou é preferível usar variantes como “dominação masculina”, “falocentrismo”, “androcentrismo” ou “viriarquia”?<sup>13</sup>

Ao iniciar o trabalho, nos pareceu possível utilizar ambos os conceitos, e entender as maneiras pelas quais as agentes históricas que estudamos articulavam o gênero politicamente nas suas relações, não apenas reagindo à dominação masculina, mas traçando estratégias dentro dela e construindo-a com suas ações. Por isso nos pareceram pertinentes as formulações de Pierre Bourdieu sobre “estratégias de reprodução” social, oriundas do seu interesse pela dinâmica das trocas matrimoniais e das práticas sucessórias.<sup>14</sup> Fizemos um levantamento bibliográfico sobre os dois temas, gênero e patriarcado<sup>15</sup> e esperamos em breve poder realizar considerações mais aprofundadas. Uma das obras selecionadas é “A Dominação Masculina” do próprio Bourdieu.<sup>16</sup> Ele foi um dos intelectuais que procurou passar através da dicotomia estruturalismo/construtivismo, razão pela qual pode ser útil. Esse livro, no entanto, não esteve isento de críticas.<sup>17</sup> Os escritos de Maurice Godelier sobre o tema parecem ter beneficiado de maior consistência e comprometimento.<sup>18</sup> Godelier também teorizou longamente sobre as noções de estrutura, superestrutura e infraestrutura, sem abandoná-las mas questionando a rigidez e polarização de certas interpretações.<sup>19</sup> O ensaio-desabafo da medievalista Judith M. Bennett também nos será de grande ajuda.<sup>20</sup> São essenciais os trabalhos de Helleieth Saffioti, que se dedicou à junção teórica entre “gênero” e “patriarcado”.<sup>21</sup> E, conforme nos foi sugerido no decurso do XII WEM, consultaremos os trabalhos de Annette

---

<sup>13</sup>Sarah Fernandez Lino de Azevedo, “O adultério, a política imperial e as relações de gênero em Roma”(PhD Thesis: Universidade de São Paulo, 2017), 28-31; Heleieth I. B. Saffioti, “Gênero e patriarcado: a necessidade da violência” in *Marcadas a ferro: violência contra a mulher, uma visão interdisciplinar*, ed. Márcia Castillo-Martín; Suely de Oliveira, 35-76 (Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2005).

<sup>14</sup>Pierre Bourdieu, « Stratégies de reproduction et modes de domination » *Actes de la recherche en sciences sociales* 105, no. 1 (1994) : 3-12 ; Pierre Bourdieu, « Les stratégies matrimoniales dans le système de reproduction » *Annales, Économies, Sociétés, Civilisations*, no.4-5 (1972): 1105-1127.

<sup>15</sup>Dider Lett, *Hommes et femmes au Moyen-Âge*; Margaret Maruani (dir), *Femmes, genre et sociétés : l'état des savoirs* (Paris : La Découverte, 2005); Christine Delphy, *L'Ennemi Principal 2: penser le genre* (Paris: Éditions Syllepse, 2001); Christine Delphy, *L'Ennemi Principal 1: l'économie politique du patriarcat* (Paris: Éditions Syllepse, 1998); Carole Pateman, *The Sexual Contract* (Cambridge: Polity Press, 1988); Deniz Kandiyoti, “Bargaining with patriarchy” *Gender and Society* 2, no. 3 (1988): 274-290; Kate Millett, *Sexual Politics* (London: Granada Publishing, 1971).

<sup>16</sup>Pierre Bourdieu, *La Domination Masculine* (Paris : Éditions du Seuil, 1998).

<sup>17</sup>Anne-Marie Devreux, « Pierre Bourdieu et les rapports entre les sexes: une lucidité aveugle » in *Sous les Sciences Sociales, le genre : relectures critiques, de Max Weber à Bruno Latour*, eds. Danielle Chabaud-Rychter; Virginie Descoutures; Anne-Marie Devreux; Eleni Varikas, 77-93 (Paris : La Découverte, 2010).

<sup>18</sup>Maurice Godelier, *La Production des Grands Hommes* (Paris: Fayard, 1982-1996); Maurice Godelier, « The origins of male domination » *New Left Review* 1, no. 127 (1981): 3-17.

<sup>19</sup>Maurice Godelier, “Infrastructures, Societies and History” *Current Anthropology* 19, no. 4 (1978) : 763-771 ; Maurice Godelier, “La part idéale du réel: essai sur l'idéologique » *L'Homme* 18, no. 3-4 (1978) :155-188 ; Maurice Godelier « Comments on the concepts of structure and contradiction » *International Journal of Sociology* 2, no. 2-3 (1972) : 178-188.

<sup>20</sup>Judith M. Bennett, *History Matters: patriarchy and the challenge of feminism* (Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2006).

<sup>21</sup>Heleieth I. B. Saffioti, *Gênero, patriarcado, violência* (São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004).

Weiner, que reviu as análises de Malinowski com relação ao papel das mulheres e da hierarquia nas relações genderizadas da cultura trobriandesa.<sup>22</sup>

No tocante ao contexto medieval, selecionamos obras que tratassem do nosso objeto de estudo e da relação entre mulheres e poder nas sociedades alto e centro-medievais.<sup>23</sup> Destacamos os trabalhos de Pauline Stafford na área hoje conhecida como estudos de Queenship<sup>24</sup>; os de Ana Rodríguez, que é co-orientadora da nossa tese e se dedicou a analisar as estratégias de reprodução do poder e da riqueza protagonizadas pelas mulheres das grandes dinastias europeias e a sua capacidade de transmissão patrimonial<sup>25</sup>; de Therese Martin sobre o Infantado régio leonês, desde uma perspectiva interdisciplinar entre história, arqueologia e da história da arte<sup>26</sup>; o de Janna Bianchini<sup>27</sup> questionando que a representação negativa da rainha Urraca I nas crônicas castelhana-leonesas do século XIII (escritas para a rainha Berenguela e seu filho, Fernando III) fosse motivada pela pura misoginia. Pelas suas conclusões, essas crônicas não defendiam que um poder feminino era intrinsecamente negativo, e sim que era bom quando exercido por uma boa mulher (Berenguela) em oposição ao que havia ocorrido quando o mesmo fora exercido por uma má mulher (Urraca). Esta oposição entre mulheres boas e más é um percurso “patriarcal”. Esta autora também escreveu sobre o Infantado.<sup>28</sup> Ressaltamos os trabalhos de Lucy Pick, que analisou o papel político e simbólico desempenhado pelas filhas e irmãs de rei solteiras, prática regular na monarquia

---

<sup>22</sup>Annette B. Weiner, « Inalienable possessions: the paradox of keeping while giving (Berkeley: University of California Press, 1992) ; Annette B. Weiner, *La richesse des femmes ou comment l'esprit vient aux hommes: Iles Trobriand* (Paris: Éditions du Seuil, 1983).

<sup>23</sup>Theresa Earenfight, *Queenship in Medieval Europe*; Mary C. Erler; Maryanne Kowaleski (ed.), *Gendering the Master Narrative: women and power in the Middle Ages* (Ithaca/London: Cornell University Press, 2003); Elisabeth Van Houts, *Memory and Gender in Medieval Europe (900-1200)* (New York: Palgrave Mcmillan, 1999); Anne Duggan (ed.), *Queens and Queenship in Medieval Europe* (Woodbridge: The Boydell Press, 1997).

<sup>24</sup>Stafford, *Queen Emma and Queen Edith: Queenship and Women's Power in eleventh-century England* (Oxford: Blackwell Publishers, 1997); Pauline Stafford, *Queens, Concubines and Dowagers: the King's wife in the Early Middle Ages* (London: Leicester University Press, 1998).

<sup>25</sup>Ana Rodríguez López, *La estirpe de Leonor de Aquitania: mujeres y poder en los siglos XII y XIII* (Barcelona: Planeta, 2014); Ana Rodríguez López, « Stratégies matrimoniales, stratégies patrimoniales: autour du pouvoir des femmes au royaume de Léon-Castille (XIIe-XIIIe siècle) » in Martin Aurell (ed.), *Les Stratégies Matrimoniales (IXe-XIIIe siècle)* (Turnhout: Brepols, 2013): 169-191; Ana Rodríguez López, “Dotes y arras en la política territorial de la monarquía feudal castellana (siglos XII-XIII)” *Arenal* 2, no.02 (1995).

<sup>26</sup>Therese Martin (coord.), “The Medieval Iberian Treasury in the context of Cultural Interchange, special issue” *Medieval Encounters* 25, no.1-2 (2019); Therese Martin, “Fuentes de potestad para reinas e infantas: el infantazgo en los siglos centrales de la Edad Media” *Anuario de Estudios Medievales* 1, no. 46 (2016): 97-136; Therese Martin (dir.), *Reassessing the roles of women as “makers” of medieval art and architecture* (Leiden: Brill, 2012); Therese Martin, “Mujeres, hermanas e hijas: el mecenazgo femenino en la familia de Alfonso VI” *Anales de Historia del Arte* 2 (2011): 147-179 ; Therese Martin, “Hacia una clarificación del infantazgo en tiempos de la reina Urraca y su hija la infanta Sancha (ca. 1107-1159)” *E-Spania*, no.5, (2008); Therese Martin, “Recasting the concept of the “Pilgrimage church”: the case of San Isidoro de León” *La Corónica* 32, n 02 (2008): 165-190; Therese Martin, *Queen as King: politics and architectural propaganda in twelfth-century Spain* (Leiden: Brill, 2006); Therese Martin, “De grand prudencia, Graciosa fabla y elocuencia” a “mujer de poco juicio y ruin opinión”: recuperando la historia perdida de la reina Urraca” *Compostellanum* 50, no. 1-4 (2005): 551-578; Therese Martin, “The art of a reigning queen as Dynastic Propaganda in Twelfth-Century Spain” *Speculum*, no.80 (2005): 1134-1171.

<sup>27</sup>Janna Bianchini, “A mirror for a Queen? Constructions of queenship in twelfth and thirteenth century León-Castile” *Journal of Medieval History* 45, no. 4 (2019):432-456.

<sup>28</sup>Janna Bianchini, “Daughters, wives, widows, lords: dynastic identity and affective bonds among infantas in twelfth-century León-Castile” in *Reginae Iberiae: el poder region femenino en los reinos medievales peninsulares*, Miguel García Fernández; Silvia Cernadas Martínez (ed.) (Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 2015).

leonesa-castelhana centro-medieval<sup>29</sup>; os de Maria do Rosário Ferreira<sup>30</sup>, que se dedicou a entender o “padrão de herança repartida da soberania” do Infantado régio, onde o exercício da função temporal recaía sobre o rei, e sobre a rainha sua irmã (ou irmãs) recaía a função sacralizante, legitimadora e transmissora do poder ao seu irmão (ou irmãos). Tanto essa concepção sobre a natureza do poder régio era conhecida dos seus contemporâneos que, quando se tratou de rebaixar a posição da rainha-irmã e elevar a do rei, no acompanhar da Reforma Gregoriana e do processo de valorização da patrilinearidade em detrimento da matrilinearidade; o discurso das crônicas estabeleceu dois paradigmas sobre essa forma de exercício feminino do poder real: a representação positiva da irmã do rei como conselheira, e a negativa que acusava de incesto o casal régio fraterno. Em ambas se estabelece a vassalagem da posição feminina relativamente à masculina. Sobre a tipologia dos bens patrimoniais do Infantado e do monacato feminino leonês entre os séculos X a XII, destacamos os estudos de Carlos Reglero.<sup>31</sup>

Dentre as obras que tratam da configuração da alta-aristocracia leonesa e castelhana, vemos os trabalhos de Simon Barton<sup>32</sup> sobre suas fontes de riqueza, *status* e poder. Ele abordou a aristocracia leonesa nas suas relações de parentesco com a monarquia e com a igreja. Focou no papel das alianças matrimoniais e concubinárias no teatro de guerra e aliança dos reinos medievais ibéricos, cristãos e muçulmanos. Também os trabalhos de Pascual Martínez Sopena<sup>33</sup>, orientador do doutorado que desenvolvemos e reconhecido medievalista, um dos responsáveis pela renovação, a partir da década de oitenta, dos estudos sobre parentesco e sobre a aristocracia medieval hispânica, nas suas relações com a monarquia e a territorialização do espaço. A pesquisa de Mariel Pérez<sup>34</sup> é outro referente no que diz respeito à configuração da alta-aristocracia leonesa nos séculos XI e XII. Ela escreveu sobre as estruturas de parentesco e as estratégias de ascensão social das parentelas aristocráticas,

---

<sup>29</sup>Lucy K. Pick, *Her Father's Daughter: gender, power and religion in the early Spanish kingdoms* (Ithaca and London: Cornell University Press, 2017); Lucy K. Pick, “Sacred queens and warrior kings in the royal portraits in the *Liber Testamentorum* of Oviedo” *Viator* 42, no. 2 (2011): 49-82.

<sup>30</sup>Maria do Rosário Ferreira, « La reine est morte: la succession politique des filles de roi aux XIe et XIIe siècles » *E-Spania*, no.17 (2014): 1-18; Maria do Rosário Ferreira, “Entre conselho e incesto: a irmã do rei” *E-Spania*, no. 12 (2011); Maria do Rosário Ferreira, “Urraca of León-Castile and Teresa of Portugal: the Iberian paradigm of feminine power revisited by thirteenth and fourteenth century historiography” *Seminario Medieval* (2011): 229-252.

<sup>31</sup>Carlos M. Reglero de la Fuente, “Los testamentos de las infantas Elvira y Sancha: monasterios y espacios de poder” in *Homenaje al profesor José Ángel García de Cortázar y Ruiz de Aguirre: mundos medievales, espacios, sociedades y poder* 1 (Santander: Universidad de Cantabria, 2012): 835-847; Carlos M. Reglero de la Fuente, “Omnia totius regni sui monasteria: la Historia Legionense, llamada Silense y los monasterios de las infantas” *E-Spania*, no.14 (2012).

<sup>32</sup>Simon Barton, *Conquerors, brides and concubines: interfaith relations and social power in Medieval Iberia* (Philadelphia, University of Pennsylvania Press, 2015); Simon Barton, *The aristocracy in twelfth-century León and Castile* (Cambridge: Cambridge University Press, 1997).

<sup>33</sup>Pascual Martínez Sopena, “Prolis Flainiz. Las relaciones familiares en la nobleza de León (siglos X-XII)” *Stvdia Zamorensia* XVII (2018): 69-102; Pascual Martínez Sopena, “The war in Leon and Castille (CA.1110-1130): internal crisis and imaginary of violence” *Imago Temporis: Medium Aevum*, no. IX (2015): 125-144; Pascual Martínez Sopena, « La circulation des objets en temps de guerre: les années de la reine Urraca (Léon et Castille, vers 1110-1130) » in *Objets sous contrainte, circulation et valeur des choses au Moyen Âge*, Laurent Feller, Ana Rodríguez López (ed.), 257-258 (Paris: Sorbonne, 2013); Pascual Martínez Sopena, “La aristocracia hispánica: Castilla y León (siglos X-XIII)” *Bulletin du Centre d'Études Médiévales d'Auxerre*, no.2 (2008): 2-12; Pascual Martínez Sopena, “Parentesco y poder en León durante el siglo XI: la “casata” de Alfonso Díaz” *Studia Historica: Historia Medieval*, no. 5 (1987): 33- 87.

<sup>34</sup>Mariel Pérez, “Estructuras de parentesco y poder aristocrático: la aristocracia leonesa en la Alta Edad Media” *Miscelánea Medieval Murciana* XXXVIII (2014): 213-231; Mariel Pérez, “Estrategias de alianza y reproducción en la aristocracia medieval leonesa: los Fláinez (siglos X-XI)” *Mirabilia*, no. 9 (2009): 89-107.

Destacamos também o capítulo de Wendy Davies<sup>35</sup> sobre a difícil identificação e definição de uma aristocracia condal, assim designada, na documentação ibérica original dos séculos IX e X, e até meados do século XI.

### 3. FONTES

Manejamos os diplomas produzidos pela aristocracia e pela realeza leoneso-castelhana no período compreendido entre os séculos XI e XII, e pertencentes aos principais mosteiros e igrejas seculares do reino. No período que tratamos aqui a maioria da documentação referente a esses grupos deve ser procurada entre os documentos emitidos por centros religiosos – com os quais os membros das dinastias e das grandes parentelas aristocráticas mantinham íntima relação. A maior parte está publicada em coleções documentais, e os diplomas que recolhem incluem, fundamentalmente, doações patrimoniais (por exemplo, de caráter piadoso, ou como recompensa por bons serviços ou, ainda, pela entrada em serviço ou em situação de servidão), contratos de compra e venda, permutas, testamentos, contratos de arras, resoluções de pleitos judiciais, contagens de bens, foros, entre outros documentos que recolhiam o essencial das transações cotidianas e da prática jurídica da época. Contribuem para o entendimento das relações socioculturais, políticas e econômicas dos agentes históricos de que são objeto. Embora a documentação seja conhecida, não foi ainda abordada e problematizada em seu conjunto segundo o enfoque que propomos.

A porção mais substancial vem do Arquivo da Catedral de Leão<sup>36</sup> e do mosteiro beneditino de Sahagún.<sup>37</sup> Consultamos igualmente os documentos dos principais mosteiros e igrejas seculares leonesas e castelhanas do período. Devido à variedade e abundância desses cenóbios, e ao pouco espaço de que dispomos aqui, citamos apenas aqueles cuja documentação cobrou maior importância em nosso trabalho até o momento presente ou que citamos aqui, isto é, a coleção documental do mosteiro de Otero de las Dueñas<sup>38</sup>, a de Santa María de Piasca<sup>39</sup>, do mosteiro de São Isidoro de Leão<sup>40</sup>, a da Ordem do Hospital São João de Jerusalém em Castela e Leão<sup>41</sup>, da catedral de Astorga<sup>42</sup> e do mosteiro de Carrizo<sup>43</sup>. Os demais cenóbios, cuja

---

<sup>35</sup>Wendy Davies, “Counts in ninth- and tenth-century Iberia” in *Beyond the Reconquista: new directions in the history of medieval Iberia (711-1085)*, Simon Barton, Robert Portass (ed.),143-168 (Leiden-Boston: Brill, 2020).

<sup>36</sup>José M. Fernández Catón, “Colección documental del Archivo de la Catedral de León” in *Fuentes y estudios de historia leonesa* (León: Centro de Estudios e Investigación “San Isidoro”, 1987-2002).

<sup>37</sup>José M. Mínguez Fernández; Marta Herrero de la Fuente; José A. Fernández Flores, “Colección Diplomática del Monasterio de Sahagún” I-IV in *Fuentes y estudios de Historia Leonesa*, José M. Fernández Catón (dir.) (1976-1991).

<sup>38</sup>José A. Fernández Flores; Marta Herrero de la Fuente, *Colección Documental del Monasterio de Santa María de Otero de las Dueñas* I-II (854-1108 y 1109-1300) (León: Caja España de Inversiones/ Archivo Histórico Diocesano, 1999-2005).

<sup>39</sup>Julia Montenegro Valentín, *Colección Diplomática de Santa María de Piasca (857-1252): con un apéndice de documentos de la Alta y Plena Edad Media alusivos a Liébana* (Santander: Diputación Regional de Cantabria - Consejería de Cultura, Educación, Juventud y Deporte, 1991).

<sup>40</sup>María E. Martín López, *Patrimonio Cultural de San Isidoro de León: documentos de los siglos X-XIII* (León: Universidad de León, 1995).

<sup>41</sup>Carlos de Ayala Martínez, *Libro de Privilegios de la Orden de San Juan de Jerusalén en Castilla y León (siglos XII-XV)* (Madrid: Editorial Complutense, 1995).

<sup>42</sup>Gregoria Caveró Domínguez; Encarnación Martín López, “Colección Documental de la Catedral de Astorga” I-II in *Fuentes y estudios de Historia Leonesa*, José M. Fernández Catón (dir.) (1999-2000).

<sup>43</sup>María C. Casado Lobato, *Colección Diplomática del Monasterio de Carrizo* (969-1260) I (León: Caja de Ahorros y Monte de Piedad/ Archivo Histórico Diocesano, 1983).

documentação consultamos, são listados no seguinte tópico, no capítulo três da estrutura provisional do trabalho final.

#### 4. ESTRUTURA PROVISÓRIA DO TRABALHO FINAL

##### Introdução

##### Parte 1: Premissas Teórico-metodológicas

##### Capítulo 1: Revisão Bibliográfica

1.1 – Delimitação Temática

1.2 – Estado da questão: estudos sobre o exercício do poder por parte das mulheres da realeza e da alta aristocracia leonesa e castelhana na Idade Média Central

##### Capítulo 2: Referenciais teóricos e metodológicos

2.1-Patriarcado e Gênero:

2.2- Aristocracia

2.3- Sistema de parentesco

2.4- Reprodução e estratégias de reprodução

2.5- Feudalismo e Poder Feudal

##### Capítulo 3: Fontes

3.1 - Coleções documentais: mosteiros

3.1.1 – Mosteiros Reais

3.1.1.1- San Pelayo de Oviedo

3.1.1.2- San Isidoro de León

3.1.1.3-Santa María de Carbajal

3.1.1.4- San Pedro de Eslonza

3.1.1.5–San Benito de Sahagún

3.1.1.6- Santa María de Carracedo

3.1.1.7 – *Continua...*

3.1.2 –Mosteiros da aristocracia

3.1.2.1- Santa María de Piasca

3.1.2.2- Santo Toribio de Liébana

3.1.2.3 – San Pedro de Montes

3.1.2.4-San Pedro de las Dueñas e San Claudio de León (e de la Vega?)

3.1.2.5-San Román de Entrepeñas

3.1.2.6- San Zoilo de Carrión

3.1.2.7- Infantado de Covarrubias

3.1.2.8- San Salvador de Oña

3.1.2.9-Santa María de Sandoval

3.1.2.10 – Santa María de Carrizo

3.1.2.11 – San Esteban y Santa María de Nogales

3.1.2.12- Santa María de Gradefes

3.1.2.13- Santa María de Otero de las Dueñas

3.1.2.14 - Santa María de Trianos

3.1.2.15-*Continua...*

3.2- Coleções documentais: catedrais

3.2.1- Catedral de Oviedo

3.2.2- Catedral de León

3.2.3- Catedral de Astorga

- 3.2.4 – Santa María la Mayor de Valladolid
- 3.2.6 – *Continua...*
- 3.3- Coleções documentais: ordens
  - 3.3.1 – Libro de Privilegios de la Orden de San Juan de Jerusalén en Castilla y León
  - 3.3.2 – *Continua...*
- 3.4 – Coleções Documentais: personagens
  - 3.4.1- Coleção Diplomática da Rainha Urraca
  - 3.4.2 – Coleção Diplomática da infanta Sancha Raimúndez
  - 3.4.3 – *Continua...*

## Conclusões Parte 1

### Parte 2: A alta aristocracia e a monarquia no reino de Leão e de Castela nos séculos XI-XII

#### Capítulo 4: A alta aristocracia leonesa e castelhana nos séculos XI-XII

- 4.1 – Definição, formação e organização territorial
- 4.3- Principais parentelas
  - 4.3.1-Fláinez
  - 4.3.2- Alfonso
  - 4.3.3- Banu-Gómez
  - 4.3.4 – Fróilaz
  - 4.3.5-Lara
  - 4.3.6-Osorio
  - 4.3.7-Villalobos
  - 4.3.8-Castro
  - 4.3.9- Vélaz
  - 4.3.10-Téllez de Menezes
  - 4.3.11 – *Continua...*

#### Capítulo 5: A monarquia nos séculos XI-XII

- 5.1- Formação e organização territorial: a monarquia feudal
- 5.2- Dinastias
  - 5.2.1- Dinastia Astur-Leonesa
  - 5.2.2 – Dinastia Jimena
  - 5.2.3 – Casa de Borgoña
- 5.3 – Fundamentos ideológicos do poder real
  - 5.3.1-*Auctoritas*
  - 5.3.2-*Potestas*
  - 5.3.3- *Continua...*

#### Capítulo 6: Estratégias de reprodução do poder

- 6.1 – Matrimônio
- 6.2 – Herança y Sucessão
- 6.3 – Senhorio e vassalagem
- 6.4 – Propriedade e domínio
- 6.5- Fundações e foros
- 6.6 –Mosteiros Particulares
- 6.7- Infantado
- 6.8- Memória familiar
- 6.9 - Tenência
- 6.10 – Guerra, paz e fronteira
- 6.11 – Especificidades da monarquia
  - 6.11.1 – Realengo

- 6.11.2 – Propriedade da Igreja
  - 6.11.2.1 – Nomeação de Bispos
  - 6.11.2.2 – Rito e reforma
  - 6.11.2.3 – Caminho de Santiago

## Conclusões Parte 2

### Parte 3: O lugar das mulheres no exercício do poder feudal

#### Capítulo 7: Alianças femininas de poder: relações entre rainha, infantas e mulheres da alta aristocracia

- 7.1 – Mulheres da alta aristocracia e poder senhorial
- 7.2 – Rainhas, infantas e poder régio

#### Capítulo 8: Poder no feminino: o papel das mulheres na estruturação e na reprodução do poder feudal

- 8.1- Relações de parentesco entre mulheres da alta aristocracia e da monarquia
- 8.2 - Herança, sucessão e transmissão do poder, de mulher para mulher
- 8.3 – Relações de senhorio y vassalagem: o círculo das infantas

## Conclusão Final

### Apêndices

### Bibliografia

## 5. CONCLUSÕES PROVISÓRIAS

No ponto em que nos encontramos já é possível avançar alguns dados. As mulheres da aristocracia tinham um papel destacado na fundação e na administração de mosteiros particulares. A parentela dos Alfonso fez um uso notável dessa estratégia, e se registra a atividade de um grande número de mulheres da parentela junto aos cenóbios familiares. Elas mantêm íntima relação com a *mater* Urraca Alfonso. Apesar da maneira singular com que se dirigem a ela, não consta que tenha se casado ou tido filhos. Era uma das irmãs dos magnatas Gutier y Munio Alfonso, e tutelava diversas posses eclesiásticas familiares. Efetivamente, nos séculos X a XII, nos reinos de Leão e de Castela, observa-se a destacada presença de mulheres nobres à frente de propriedades religiosas particulares.<sup>44</sup> Não devemos confundir o seu papel com o de abadessa, não são chamadas dessa forma na documentação. Elas estavam acima do abadiado, e viriam a receber o qualificativo de *dominae*. Sem ter necessariamente tomado votos, regiam as propriedades religiosas familiares e eram responsáveis pelas comunidades que viviam nelas. Esta parcela espiritual do património familiar que protegiam, e o domínio que ali detinham, corresponde ao que se estudou no âmbito régio como o “Infantado”. Há evidências de comportamentos semelhantes entre a alta-aristocracia. Acreditamos que se possa incluir nesse rol os mosteiros de Santa Maria de Piasca e de San Martín de la Fuente no século XI, ambos sob o governo de Urraca Alfonso.<sup>45</sup>

As mulheres da aristocracia também detinham bens próprios que não se restringiam a domínios religiosos, e exerciam direitos dominicais. Encontramos nos documentos do mosteiro de Otero de las Dueñas exemplos relativos à parentela dos Fróilaz. A sua gênese pode

---

<sup>44</sup>Pascual Martínez Sopena, “Parentesco y poder en León”: 46-50.

<sup>45</sup>Julia Montenegro Valentín, *Colección Diplomática de Santa María de Piasca*.

ser identificada em uma mulher, Maria Fróilaz. Seu filho, Fruela Díaz, foi um dos grandes vassallos da rainha Urraca I. Ele deu nome à parentela, mas a origem da fortuna se encontra na herança recebida por sua mãe, filha única do magnata Fruela Muñoz. A sua posição incomum lhe permitiu herdar sozinha todos os bens dos seus progenitores.<sup>46</sup> Ao casar-se com Diego Pérez, filho de Pedro Flaínez de Valdoré, uniu ambas as fortunas e garantiu a bonança das gerações seguintes.<sup>47</sup> Pode-se dizer que a linha de descendência de Fruela Muñoz, ao invés de desaparecer – que é como costuma ser tratada a ausência de herdeiros varões – transita em direção a outra. A partir daquele acontecimento, seus descendentes traçarão o caminho ao auge do seu poder e da sua riqueza. Isto se verificará na vinculação à realeza, estreitada através de laços pessoais de dependência entre as mulheres dessa parentela e as rainhas e infantas leonesas, uma proximidade que culminará no estabelecimento de laços de parentesco com o sangue real.<sup>48</sup>

Dentre os bens herdados por María Fróilaz, encontra-se a vila de Regos (Villaviciosa de la Ribera) que pertencera à rainha Elvira García, mãe de Afonso V e regente na sua menoridade. Foi doada ao pai de María Fróilaz por Bermudo III e a rainha madrasta Urraca Garcés, como forma de premiá-los por sua fidelidade com bens confiscados a outros nobres rebelados.<sup>49</sup> Tempos depois, a bisneta de Maria, Estefanía Ramírez, viúva de Ponce de Minerva, fundará o mosteiro cisterciense de Santa María de Carrizo. Na carta de dotação, figurará esta vila de Regos proveniente da mandação régia feminina e que, junto com a própria localidade onde se instituiu, descendia da herança fundacional de María Fróilaz.<sup>50</sup>

María Fróilaz integrou o que Pascual Martínez Sopena chamou de “círculo das infantas”<sup>51</sup>, um conjunto de mulheres da aristocracia unidas às senhoras do infantado régio por laços pessoais de dependência. O vocabulário que remetia à vassalagem aparece em cartas de doações como as que selavam o pacto entre o senhor e os homens da sua mesnada. Um exemplo claro é a doação que a infanta Urraca de Zamora, com a anuência da sua irmã, a infanta Elvira de Toro, faz a Maria Fróilaz em 1074, concedendo-lhe a vila de Villarmildo.<sup>52</sup> Ela era vassala<sup>53</sup> das infantas, e recebia aquela localidade em troca do bom serviço prestado. O seu filho, Fruela Díaz, se casará com outra Estefanía, neta do rei pamplonês García Sánchez III pela via ilegítima. Estefanía Sánchez também servirá as mulheres da realeza. Em 1129, viúva, concede foro aos seus dependentes de Villarmildo<sup>54</sup>, propriedade herdada da sua sogra, por meio das arras que recebeu. A filha de Fruela Díaz e Estefanía Sánchez se chamará também María Fróilaz, e desenvolverá destacada atividade junto à rainha Urraca I como sua “*clientula*”.<sup>55</sup>

A celebração de casamentos legítimos não era a única forma de estabelecer ou reforçar alianças, garantir descendência ou diversificar os laços de parentesco. Outro tipo de união se mantinha par a par com o matrimônio – ainda que abaixo dele na hierarquia. O concubinato<sup>56</sup> estava difundido entre os reis e magnatas. Para as parentelas aristocráticas, suporia uma

---

<sup>46</sup>José A. Fernández Florez; Marta Herrero de le Fuente, *Colección Documental del Monasterio de Santa María de Otero de las Dueñas*, docs. 176;179; 185; 196; 214; 237; 240; 242; 249.

<sup>47</sup>Ibid., docs 252; 253; 256; 260; 261;262; 264;265;268; 269; 272; 273; 282.

<sup>48</sup>José A. Fernández Florez; Marta Herrero de le Fuente, *Colección Documental del Monasterio de Santa María de Otero de las Dueñas*, docs.271; 276; 277; 283; 287; 290; 292; 297; 299; 300; 301; 302; 307; 309; 310; 314; 318; 319; 320; 322; 323; 324; 333.

<sup>49</sup>Ibid., docs.180; 196; 214; 237; 240.

<sup>50</sup>María C. Casado Lobato, *Colección Diplomática del Monasterio de Carrizo*, doc.38.

<sup>51</sup>Pascual Martínez Sopena, “Prolis Flainiz. Las relaciones familiares en la nobleza de León (siglos X-XII)”: 84-85.

<sup>52</sup>José A. Fernández Flores; Marta Herrero de le Fuente, *Colección Documental del Monasterio de Santa María de Otero de las Dueñas*, doc. 276.

<sup>53</sup>María E. Martín López, *Patrimonio Cultural de San Isidoro de León: documentos de los siglos X-XIII*: doc. 11.

<sup>54</sup>José A. Fernández Flores; Marta Herrero de le Fuente, *Colección Documental del Monasterio de Santa María de Otero de las Dueñas*, doc. 333.

<sup>55</sup>Ibid., docs. 325; 335; 336; 342; 343; 347; 348; 349; 352; 354; 355; 356.

<sup>56</sup>Inés Calderón Medina, “Las otras mujeres del rey: el concubinato régio en el reino de León” in *Seminário Medieval*, Maria do Rosário Ferreira; Ana S. Laranjinha; José C. Miranda (coords) (2009-2011): 255-287.

estratégia mais para a reprodução do seu poder. O enlace entre suas mulheres e um homem de rango superior, principalmente se fosse o rei, se materializaria em infinidade de vantagens e no seu alçamento na escala social – sobretudo se houvesse descendência. É o que acontecerá com Jimena Muñoz, primeira concubina de Afonso VI de Leão e Castela. Jimena vinha de uma destacada família berciana, e sua união com Afonso VI reforçava os laços de fidelidade entre o rei e a aristocracia local. A filha caçula dessa união foi dona Teresa, mãe de Afonso Henriques. A mais velha é também a menos conhecida. Chamava-se Elvira Alfonso, e acreditamos que pode ter sido a propulsora da inserção da Ordem do Hospital nos reinos de Leão e de Castela.<sup>57</sup> Casou-se com o conde Raimundo IV de São Gil, um dos protagonistas da Primeira Cruzada. Ela o acompanhou até Jerusalém, onde nasceu Afonso Jordão.<sup>58</sup> Raimundo não voltou, mas Elvira sim. Trouxe consigo o filho, e terá permanecido em Tolouse até que o direito sucessório de Afonso Jordão ao condado estivesse garantido. Então, voltou para a sua terra natal.

A primeira doação ao Hospital em terras leonesas vem das mãos de Urraca I em 1113.<sup>59</sup> A associação que a vemos construir com os freires se estreitará ao longo do tempo, e seus filhos, o imperador Afonso VII de Leão e Castela e a infanta Sancha Raimúndez, lhe darão prosseguimento.<sup>60</sup> Elvira e Jimena Muñoz também farão generosas doações à Ordem, e o filho de Elvira, nascido do seu segundo matrimônio com o aristocrata leonês Fernando Fernández, professará como freire hospitalário.<sup>61</sup> Todos os parentes e vários dos dependentes da infanta Elvira manterão vínculos fortes com a Ordem.<sup>62</sup> Ela permanecerá próxima às suas irmãs e aos seus sobrinhos reais. Aparece confirmando muitos dos seus diplomas. O laço de sangue que a une ao imperador é o traço legitimador distintivo: as fontes se referem a ela como *tia regis*, *imperatoris matertera* e *imperatoris amita*.<sup>63</sup> Ao passo que *matertera* significa “tia materna”, *amita* é “tia paterna”. O termo poderia estar sendo usado indistintamente. Mas a flexão de gênero evocada nos leva à reflexão. Elvira era a tia materna de Afonso VII e de Sancha. As irmãs de rei e senhoras do Infantado representavam a encarnação do direito à soberania, da qual elas se tornavam depositárias, com a função de legitimar e sacralizar o direito de seu irmão ao território herdado de seus pais, transmitindo-lhe a capacidade de exercer o poder. Identificou-se que às tias paternas se atribuía a mesma faculdade.<sup>64</sup> A rainha Urraca I, ao receber de seu pai tanto a soberania como o território, reuniu as duas qualidades. Ao encarnar a porção masculina do exercício do poder régio, ela se tornava O Rei. A infanta Elvira cumpria então também essa função de irmã do rei.

A introdução da Ordem do Hospital em terras leonesas e castelhanas parece ter dependido, em grande parte, da influência exercida por Elvira Alfonso. A sua capacidade de articulação política e as redes estabelecidas ao longo da sua vida foram importantes para a política espiritual adotada por seus parentes régios. Que isto tenha ocorrido durante o reinado de Urraca I não é coincidência. Provavelmente correspondeu a uma peça estratégica do programa político implementado pela soberana leonesa. Valendo-se da interferência da sua irmã mais velha, beneficiou aquela congregação vinda da Terra Santa e fomentada em circunstâncias que remetiam às ideias de defesa da fé cristã frente aos inimigos externos, associação ideológica propícia à monarca, que naqueles momentos guerreava contra o seu segundo marido - o rei aragonês Afonso I, O Batalhador. Urraca I concretiza tal associação oferecendo aos hospitalários bens provenientes do Infantado, e assim relacionando o poder já

---

<sup>57</sup>Luísa Tollendal Prudente, “Reinas e infantas en la implementación de los freires hospitalarios en León y en Castilla: Elvira Alfonso como “fósil conductor” del poder femenino entre Jerusalén y Santiago de Compostela (siglos XI y XII)”, in *Et Ultreia. Estudos medievais interdisciplinares* (Santiago de Compostela: Universidad de Santiago de Compostela) (no prelo).

<sup>58</sup>Augusto Quintana Prieto, “La infanta Doña Elvira, hija de Alfonso VI y de Jimena Muñiz”, in *Temas Bercianos, t. III: otros estudios sobre el bierzo* (Ponferrada: Bérvida, 1984): 277 – 416.

<sup>59</sup>Carlos de Ayala Martínez, *Libro de Privilegios de la Orden de San Juan de Jerusalén en Castilla y León*: doc. 1.

<sup>60</sup>Ibid., docs. 9; 10; 20; 39; 41; 47; 51; 55; 57; 58; 80.

<sup>61</sup>Ibid., docs. 18; 26; 37; 48.

<sup>62</sup>Ibid., docs. 31; 33; 36; 48; 53; 54; 60.

<sup>63</sup>Augusto Quintana Prieto, “La infanta Doña Elvira”: 276.

<sup>64</sup>Maria do Rosário Ferreira, “Entre conselho e incesto: a irmã do rei”: parágrafo 37.

beatificado das mulheres da dinastia com a santidade inspirada por Jerusalém. Essa política foi continuada no governo de Afonso VII e da infanta Sancha, dotada mais claramente de uma inspiração cruzada acorde com a necessidade ibérica de guerras de fronteira com o Islã, mas adequada à concepção imperialista do rei leonês sobre os demais reinos cristãos peninsulares. Naquela primeira fase, os enclaves hospitalários em Leão e em Castela se alinhavaram em boa medida com os bens do Infantado e com o poder das infantas.<sup>65</sup>

---

<sup>65</sup>Luísa Tollendal Prudente, “Reinas e infantas en la implementación de los freires hospitalarios en León y en Castilla” (no prelo).